



1482 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 08 - Educação Superior

Plano Nacional de Educação (2001-2010 e 2014-2024): as metas para a educação superior em questão.
Talita Zanferari - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
Agência e/ou Instituição Financiadora: Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação.

Esse texto é resultante de uma pesquisa realizada na Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, financiado pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu/Pós-Graduação), que tem por objetivo analisar os avanços e/ou recuos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) com relação ao Plano Nacional de Educação (2001-2010) no que se refere a educação superior. Como metodologia, o estudo é classificado como histórico-crítico e para instrumento de análise, foi utilizado a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. O desmembramento do texto conta com um breve relato acerca de ambos os Planos bem como o que trazem sobre a educação superior, mais especificamente as metas que estão para este nível de ensino propostas. Os resultados mostram que embora a importância que os Planos Nacionais de Educação (PNE) possuem e são defendidos nos discursos, pouco se avançou nas propostas e tampouco os indicadores que são defendidos como asseguradores da qualidade, democratização e acesso foram cumpridos. Ao final, pode-se considerar que o PNE (2014-2024) traz repetição e inviabilidade em suas metas devido o congelamento de investimentos na educação anunciadas pelo governo atual.

Título do Pôster:

Plano Nacional de Educação (2001-2010 e 2014-2024): as metas para a educação superior em questão.

Texto completo do Pôster (incluindo o resumo):

Resumo:

Esse texto é resultante de uma pesquisa realizada na Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, financiado pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu/Pós-Graduação), que tem por objetivo analisar os avanços e/ou recuos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) com relação ao Plano Nacional de Educação (2001-2010) no que se refere a educação superior. Como metodologia, o estudo é classificado como histórico-crítico e para instrumento de análise, foi utilizado a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. O desmembramento do texto conta com um breve relato acerca de ambos os Planos bem como o que trazem sobre a educação superior, mais especificamente as metas que estão para este nível de ensino propostas. Os resultados mostram que embora a importância que os Planos Nacionais de Educação (PNE) possuem e são defendidos nos discursos, pouco se avançou nas propostas e tampouco os indicadores que são defendidos como asseguradores da qualidade, democratização e acesso foram cumpridos. Ao final, pode-se considerar que o PNE (2014-2024) traz repetição e inviabilidade em suas metas devido o congelamento de investimentos na educação anunciadas pelo governo atual.

Palavras-chave: Educação superior. Metas. Plano Nacional de Educação (2001-2010). Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Introdução

O Plano Nacional de Educação desde sua primeira elaboração teve o objetivo de traçar metas para atender as necessidades educacionais e além disso, avançar na superação das dificuldades que o país possui. O tema aqui abordado é considerado um recorte de uma pesquisa desenvolvida na Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, financiado pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu/Pós-Graduação).

O objetivo desta investigação consistiu em analisar os avanços e /ou recuos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) com relação ao Plano Nacional de Educação (2001-2010) no que se refere a educação superior. A metodologia do estudo é histórico-crítica, a qual nos proporcionou subsídios para realizar tensionamentos acerca do tema além de possibilitar discussões sobre os dois PNEs (2001-2010 e 2014-2024). O recurso técnico utilizado para análise foi a análise de conteúdo proposta Laurence Bardin. As discussões realizadas foram alicerçadas no que diz Ivan Valente, Roberto Romano, Dermeval Saviani, Luiz Fernandes Dourado, entre outros, bem como o que foi exposto através de documentos oficiais do PNE trazidos pelo Ministério da Educação.

A educação superior nos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024)

Chegado aos 2000, o Brasil apresentava um panorama considerado desfavorável em vários âmbitos, embora o país muito tenha se desenvolvido em períodos anteriores. Sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a realidade era de inúmeras dificuldades, como “[...] a mortalidade infantil, que cresceu, o desemprego pouco diminuiu, o salário mínimo, que continuou baixíssimo, o investimento em educação, que caiu” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1996, p. 452), situações essas que exigiam providências por parte do governo, que se encontrava no fim de seu mandato.

Em 2001, como medida para as dificuldades, o Plano Nacional de Educação foi devidamente legitimado, com vigência para dez anos, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, sendo este considerado o primeiro PNE brasileiro aprovado. Sua implantação e desenvolvimento esteve marcado, desde o início, por lutas entre projetos, fato este justificado pela existência do que, na época, foi chamado de dois PNEs: um da sociedade brasileira e outro encaminhado pelo Executivo Federal.

Após as longas discussões ocorridas na época da tramitação, o projeto desenvolvido pela Sociedade Brasileira foi o aprovado. Dourado (2010) alerta para as diferentes finalidades que o PNE teve, considerando o momento histórico que o Brasil vivenciava. Suas metas e diretrizes não se encontravam articuladas e o cumprimento das mesmas não era preocupação e embora tenha sido uma proposta da sociedade civil, não atendia os interesses por ela defendidos, o que sugere que não foi elaborado com o intuito de ser uma política de Estado, mas resultado de manobras do governo durante sua tramitação.

Na descrição das ações, neste PNE, foram dispostas duzentas e noventa e cinco metas gerais para o conjunto da nação, em que era preciso que estas fossem desdobradas de acordo com cada especificidade, local, e definição de estratégias adequadas a cada situação, assim como a elaboração de planos estaduais e municipais que atendessem às demandas particulares. (UNESCO, 2001)

Conforme Brasil (2001, p. 31), sobre a educação superior, “a diretriz básica para *bom desempenho* desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Relacionadas a essa área, foram dispostas trinta e cinco metas, quatro delas vetadas pelo presidente da república da época, totalizando trinta e uma metas. (BRASIL, 2001, p. 37)

As metas compreendidas entre a de número 24 a 35 abrangem ações relacionadas ao Financiamento e Gestão da Educação Superior, ponderando o grupo de metas que mais recebeu vetos do Presidente, as quais nem constam registros no documento oficial. De acordo com Valente e Romano (2002, p. 106), “[...] como foi aprovado no parlamento, este PNE já estava claramente comprometido, em sua validade, pelo traço de carta de intenções”, já que as suspensões foram relacionadas, principalmente, ao financiamento, o que compromete a efetividade do Plano, já que interferem na sua implementação e viabilização de forma geral.

Os vetos recebidos pelo PNE refletem a intenção que o governo tinha com a execução do mesmo. No que se refere à educação superior, as suspensões recebidas atendiam os objetivos do modelo político e econômico que o país vivenciava. Nessa época, os incentivos foram maiores para instituições privadas e houve o enaltecimento do papel da educação com foco nas demandas e exigências do mercado.

Ainda na linha do tempo, em 2014 o PNE seguinte é aprovado. Nota-se o distanciamento entre ambos os Planos, uma vez que o segundo entrou em vigência após quatro anos de finalização do primeiro. Neste tempo, entre 2010 e 2014 o Brasil ficou sem PNE vigente devido aos impasses burocráticos a ele relacionados. Além disso, percebe-se a despreocupação por parte do governo da época em ter um planejamento para a educação brasileira.

Em 25 de junho de 2014 o PNE seguinte foi aprovado, disponibilizando vinte metas e suas respectivas estratégias que comandariam o decênio 2014-2024, regulamentado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014). Neste planejamento, o discurso do governo sobre as motivações acerca do levantamento de ações, foram as desigualdades educacionais existentes no país, a demanda em que necessita a ampliação do “[...] acesso à educação e a escolaridade média da população, na baixa qualidade do aprendizado e nos desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação” (BRASIL, 2015, p. 11).

Em sua organização, o documento é dividido em grupos os quais descrevem ações a serem desenvolvidas nos diferentes âmbitos da educação. O quarto bloco, o qual é objetivo desta pesquisa, menciona três metas com relação ao ensino superior, sendo elas as meta 12, 13 e 14. A quantidade propostas por esse PNE é considerado um diferencial com relação ao anterior que contava com duzentas e noventa e cinco metas. Neste, encontram-se vinte, número consideravelmente menor e aparentemente mais adequado para aplicação. Porém, Saviani (2014) alerta que, embora as metas estejam em quantidade reduzida, há uma considerável quantidade de cento e setenta estratégias que não podem ser isoladas, pois estavam vinculadas e funcionavam como submetas específicas.

A ideia de que o PNE atual é mais objetivo com relação ao anterior é atrelada à impressão de que as vinte metas são suficientes para entender os objetivos que o documento propõe, o que não acontece. Ao defender que o PNE atual se dá em metas reduzidas e mais fácil de serem avaliadas, caminha-se, cada vez mais, para a perspectiva da educação mensurável em que a educação passa a ser um negócio em que o objetivo é que se tenha lucros e controle os gastos através de indicadores. Torna-se importante ressaltar que cada meta foi orientada e está conectada às diretrizes do PNE, ou seja, cada diretriz é diluída em pelo menos uma meta.

Ao historiar o PNE foi possível a compreensão imanente da situação política de cada época do país, além de permitir a análise do que foi proposto como ação e continuou sendo considerado meta, as quais percebemos que há poucos progressos e cumprimentos daquilo que foi descrito. Sendo assim, este resgate possibilitou compreendermos que ao fim e ao cabo, “entra PNE e sai PNE” e pouco se avança no cenário da educação do Brasil.

Considerações finais

O aprofundamento do estudos sobre os PNEs através da análise de documentos oficiais possibilitou comparar as metas propostas com o que foi desenvolvido, ou seja as políticas públicas postas em diferentes mandatos. Percebemos cada vez mais, que a educação superior toma sua importância no debate uma vez que pode ser considerada uma arena de intervenções em que cada governo a direciona conforme seus próprios interesses. O que se percebe no desenvolvimento e implantação dos PNEs já criados até os dias atuais é que embora tenha-se levado em consideração a demanda e realidade do país, o planejamento das ações acabam sendo redundantes por parte do estado. As repetições de metas em planos diferentes, o não atingimento de resultados estimados resultam em planejamento de ações quase que parecidas se não iguais em distintos períodos.

Por fim, consideramos importante contextualizar o Plano Nacional de Educação desde suas origens e novas formulações para entender o discurso do estado sobre a educação no Brasil e consequentemente, suas propostas de ação para os anos seguintes a sua elaboração e a partir disto, contrapor com o que é visualizado na prática.

Referências:

ALENCAR, Francisco. RAMALHO, Lúcia Carpi. RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 18ª ed, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília: Inep, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 010172 de 09 de Janeiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso dia 09 de out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso dia 25 de agosto de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70 – Edição Revisada e Atualizada, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

SAVIANI, Dermeval. Entrevista. **Revista Retratos da Escola**. Brasília. v.8. n.15. p. 221-564. Jul/dez. 2014.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, 2001.

VALENTE, Ivan. ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, set./2002.